

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Um ano para o pódio eleitoral

Daqui a exato um ano, o país estará repercutindo o resultado das eleições para presidente, governador, Senado, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas — no caso do Distrito Federal, a Câmara Legislativa. Pré-candidatos têm pela frente um ano para se firmarem até o registro na disputa eleitoral. Veja quem está no páreo para o Palácio do Buriti:



Caio Gomez



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Ricardo Cappelli (PSB)

Está em campanha aberta, visitando cidades e até se instalando na casa de moradores para conhecer a realidade local. Anda de ônibus e tem sido um feroz opositor do atual governo, numa estratégia de chamar a atenção pelas redes sociais. Precisa, no entanto, construir uma frente com outros partidos para chegar às eleições em condições de competir com o poderio de Celina Leão.



Ed Alves/CB/D.A Press

Leandro Grass e Geraldo Magela (PT)

Grass ficou conhecido por ter disputado o Palácio do Buriti em 2022, quando perdeu para Ibaneis, que se elegeu no primeiro turno. Mas cresceu politicamente pela oportunidade de ser presidente do Iphan, Migrou do PV para o PT de olho na candidatura, mas enfrenta uma disputa interna, já que o ex-deputado Geraldo Magela também se coloca no páreo, o que pode empurrar o partido para prévias.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Carlos Vieira/CB/D.A Press

José Roberto Arruda (sem partido)

Afastado das eleições desde 2010, por conta da Operação Caixa de Pandora, o ex-governador retomou a condição de elegibilidade, mas ainda enfrenta obstáculos. Adversários certamente vão impugnar sua candidatura, caso concorra ao Buriti, e o caso deverá ser decidido pela Justiça. Arruda ainda aparece bem nas pesquisas. O desafio, no entanto, é montar uma base de apoio. O PL, partido ao qual esteve filiado, está fechado com Celina Leão, pela relação política e pessoal que ela tem com o ex-presidente Jair Bolsonaro e com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.



Ed Alves CB/D.A Press

Celina Leão (PP)

Sai na frente, com muita chance de vitória. Assumirá o governo em abril, com a desincompatibilização do governador Ibaneis Rocha (MDB), nome forte para o Senado. Celina terá a força das realizações do governo atual, uma ampla base de partidos aliados, entre os quais, PP, União Brasil, MDB, Republicanos, PL e PSD.



Ed Alves/CB

Paula Belmonte (Cidadania)

A deputada distrital tem dito que não pretende disputar novo mandato na Câmara Legislativa e sonha com uma candidatura ao governo. Filiada ao Cidadania, ela deve mudar de partido e precisa acertar um caminho que viabilize o projeto majoritário.

Diferenças entre policiais

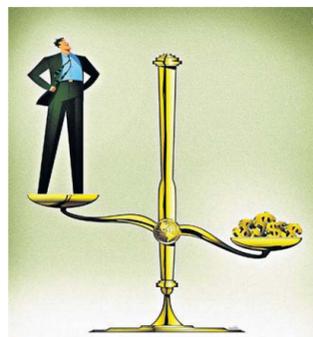
Policiais e bombeiros militares também serão contemplados com reajuste salarial, de acordo com as negociações com o Ministério da Gestão e da Inovação. No caso dos militares, a proposta prevê aumento de 24,32%, divididos em duas parcelas de 11,5%, sendo a primeira em novembro e a segunda em fevereiro de 2026. A Polícia Civil deve receber reajustes que variam de 24,43% e 27,27%. O argumento para a diferença é que, por receberem subsídios, os policiais têm descontos maiores de Imposto de Renda e há ainda distinções entre as alíquotas previdenciárias.



Luis Nova/Esp. CB/D.A Press

Mais representação

O presidente da Associação dos Oficiais da Reserva Remunerada e Reformada da PMDF e do CBMDF, coronel Wellington Corsino, afirma que toda valorização é bem-vinda, mas reclama das diferenças nos percentuais de reajuste e da ausência das entidades que representam os policiais e bombeiros militares nas negociações. Eles foram defendidos pelos comandantes-gerais das corporações e pelos deputados distritais Hermeto (MDB) e Roosevelt Villela (PL), que são oriundos das forças militares de segurança.



Mais despesas, mais vigilância, menos prejuízos

Com a crise da contaminação por metanol nas bebidas, cresce a necessidade de maior fiscalização nos bares e distribuidoras de bebidas e também aumentam os argumentos para os 192 aprovados no último concurso de auditores de atividades urbanas (Vigilância Sanitária). Segundo levantamento do Diretoria de Pagamento de Pessoal da Secretaria de Saúde, o custo anual é de cerca de R\$ 48 milhões, considerando salário bruto de R\$ 12 mil, gratificação de R\$ 2 mil e auxílio alimentação de R\$ 640. Mas a nomeação pode reduzir prejuízos estimados em R\$ 250 milhões pela não arrecadação de taxas, evasão fiscal, queda de multas e suspensão de contratos federais.

"Nós somos muito fortes nas redes sociais. Eu acredito que consiga fazer nossa mensagem chegar a várias pessoas do Brasil. A gente já teve no passado no Brasil, mesmo antes das redes sociais, na virada do século 19 para o 20, há 100 anos, um presidente que foi eleito, mesmo estando fora do país. Então não seria nenhuma novidade"

Deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP)



Reprodução/YouTube



"Eduardo Bolsonaro está cada dia pior, fugiu do Brasil, chantageou o próprio país, está sendo denunciado pela PGR e agora quer ser o próximo presidente? Eduardo, o teu lugar é na cela ao lado do teu pai"

Deputada Fernanda Melchionna (PsoL-RS)



Mario Aguiar/Câmara dos Deputados



MANDOU BEM

O projeto que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil foi aprovado por unanimidade pela Câmara dos Deputados com o voto favorável de 493 parlamentares e 18 ausências.



MANDOU MAL

O país vive uma crise de contaminação por metanol nas bebidas alcoólicas que já deixou várias vítimas hospitalizadas e mortas. Suspeitas foram registradas em São Paulo, Pernambuco, Paraná, Mato Grosso do Sul e DF.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O STF promove, nesta segunda-feira (06), audiência pública para discutir a legalidade e o impacto da pejetização — quando q empresa contrata um trabalhador como pessoa jurídica (PJ), em vez da via tradicional pela carteira assinada (CLT) — no mercado de trabalho brasileiro. A iniciativa partiu do ministro Gilmar Mendes, relator do processo em tramitação, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.389). Em abril, o Gilmar determinou a suspensão de todas as ações judiciais em tramitação sobre o tema, até que o STF chegue a uma conclusão.

À QUEIMA-ROUPA



CLÁUDIA ALCÂNTARA, presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do DF (Sindep-DF)

Carlos Vieira/CB/D.A Press



"Com o reajuste, a Polícia Civil do Distrito Federal subiu da 14ª para a 9ª posição no ranking nacional de remuneração. É um avanço importante, mas ainda distante do que buscamos"

Faltou pouco para a paridade com a Polícia Federal. A negociação chegou ao limite?

Sim. Chegamos ao limite técnico e orçamentário possível neste momento, segundo o governo federal. Nossa defesa pela simetria é legítima e se fundamenta na história, em normas federais e na própria Constituição, que estabelece que a Polícia Civil do DF é custeada pela União, assim como a Polícia Federal e as forças dos ex-territórios. O Governo do Distrito Federal fez sua parte, comprovando a existência de recursos e apresentando informações consistentes, o que permitiu a instalação dos fóruns de negociação no MGI (Ministério da Gestão e Inovação). Foi um passo importante e seguimos confiantes de que a paridade integral será alcançada em breve, já que a diferença salarial

diminuiu consideravelmente.

Foi um reajuste alto perto do que outras categorias têm recebido?

Não se trata apenas de um reajuste, mas de uma recomposição de uma defasagem que se arrasta há mais de 10 anos. Nesse período, todos os demais órgãos receberam recomposições salariais, enquanto a Polícia Civil não teve qualquer reajuste, já que, por força constitucional, nossa recomposição depende do governo federal. É importante destacar que a Polícia Civil do DF possui a mesma estrutura de cargos e atribuições das Polícias Cíveis dos ex-territórios e atribuições muito semelhantes às da Polícia Federal. E, por determinação constitucional, todas são custeadas pela União. Portanto, não se trata de privilégio, e sim de uma

correção necessária para restabelecer a equivalência entre instituições irmãs, que nasceram juntas e exercem responsabilidades semelhantes.

Com esse aumento, policiais civis do DF atingem qual lugar no ranking nacional dos salários?

Com o reajuste, a Polícia Civil do Distrito Federal subiu da 14ª para a 9ª posição no ranking nacional de remuneração. É um avanço importante, mas ainda distante do que buscamos, a paridade plena com a Polícia Civil dos ex-Territórios e com a Federal, que é nossa referência histórica e funcional. Esse resultado

demonstra que o trabalho técnico, responsável e contínuo do Sindep-DF e do Sinpol-DF, aliado ao apoio dos nossos parlamentares, tanto da área federal quanto da área distrital, tem dado frutos concretos na valorização da carreira de delegados e de policiais civis.

A que se deve o sucesso dessa negociação?

À união da categoria e o diálogo institucional. O Sindep-DF e o Sinpol-DF trabalharam juntos de forma técnica e respeitosa, mantendo sempre a interlocução aberta com o Governo do Distrito Federal, com o Ministério da Gestão, com o Ministério da Justiça e com o Palácio do Planalto. Foi um processo de construção, sustentado por dados, argumentos jurídicos e, sobretudo, pela demonstração do

impacto positivo que uma polícia valorizada traz para toda a sociedade.

Qual é a próxima luta da categoria?

Nossa próxima luta é consolidar a paridade plena com a Polícia Federal e garantir que os avanços conquistados sejam mantidos de forma permanente. Com a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, infelizmente, perdemos direitos importantes, e a recuperação dessas garantias está entre as nossas principais pautas. Entre elas, destacamos a retomada da pensão integral para as pensionistas dos delegados e policiais civis, a recomposição da integralidade e da paridade para todos os policiais que ingressaram após a referida emenda e a redução do tempo para aposentadoria tanto para mulheres quanto para homens.